

# historia: fronteiras



**Vol. II**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)

Volume II



# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

# MINAS: ESPECÍFICAS EM SUA FORMAÇÃO E GERAIS NA CONFIGURAÇÃO DE SUAS FRONTEIRAS SOCIAIS E ESPACIAIS

---

Diva do Couto Gontijo Muniz  
*Universidade de Brasília*

Observa-se, nos estudos clássicos sobre Minas, um certo consenso quanto ao caráter peculiar, *sui generis*, de sua formação social<sup>1</sup>, o que a teria distinguido das demais áreas de colonização portuguesa na América. A organização tipicamente urbana, a pujança da economia, o caráter mais igualitário da sociedade engendrada no contexto da mineração, constituem traços que, tradicionalmente, lhe são atribuídos pela historiografia<sup>2</sup> como específicos dessa formação. Tal singularidade seria derivada, dentre outros fatores, de sua formação fluida e compósita, decorrente da intensa mobilidade espacial de sua população, bem como da heterogeneidade étnica e social de seus primeiros núcleos populacionais.

Uma heterogeneidade e uma mobilidade que respondem pela caracterização de sua população como instável, desordeira, indisciplinada, propensa a desmandos, a confundir, a ameaçar e a resistir às medidas adotadas pela Metrópole com vistas à sua disciplinarização. Pela caracterização das Minas, como uma região que, nos dizeres de um ressentido Conde de Assumar,

(...) evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolência as nuvens; influem desordens os astros, o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro; é como no inferno (...)<sup>3</sup>.

Estudos posteriores têm, entretanto, questionado alguns desses traços e revelado que essa sociedade não foi “rica, nem igualitária”<sup>4</sup>, que sua economia não esteve atrelada a um único

produto, que foi complexa e diversificada<sup>5</sup>, que o fausto do ouro é mais um fruto da fantasia de um passado glorioso<sup>6</sup>, que foi democrática apenas na “miséria que soube distribuir entre um maior número de indivíduos”<sup>7</sup>.

Entre uma posição e outra não há como se furtar ao reconhecimento que as Minas guardam certa especificidade quanto a alguns aspectos de sua formação, em que pese o fato de serem tão gerais na configuração de suas fronteiras sociais e espaciais, ou seja, uma sociedade que, como as demais, igualmente submetidas à colonização portuguesa, encontrava-se da mesma forma engastada em um contexto em que subjaz o sentido profundo daquela – “comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” – como precisamente assinalou Fernando Novais<sup>8</sup>.

Se é inegável que nas Minas setecentistas a mineração constituiu o grande eixo em torno do qual gravitou tudo mais, a “força que a impulsiona e que a explica”<sup>9</sup>, como sublinha Iglesias, sua crise, ocorrida mesmo antes do final do século XIX, acabou por impulsionar o redirecionamento das forças produtivas e as canalizou, principalmente, mas não exclusivamente, para a agricultura e a pecuária. Pois, apesar das iniciativas governamentais no sentido de transformar Minas em “Província Agrícola”<sup>10</sup>, pesquisas, como as de Roberto B. Martins<sup>11</sup> e Robert W. Slenes<sup>12</sup>, têm revelado que sua economia não foi uniforme, não esteve atrelada a um único produto, nem mesmo o trabalho escravo esteve diretamente associado ao seu setor exportador. Observa-se uma economia atípica, forte e diversificada, caracterizada pela dinamicidade de seus setores exportador e de auto-consumo e pelo desatrelamento do trabalho escravo da economia de exportação. São revisões importantes principalmente porque redesenham o perfil da economia mineira, visualizando-o como diversificado em substituição ao exclusivamente agrícola, reiteradamente veiculado em diferentes discursos. Um movimento dinâmico, originado no contexto da crise da mineração, que Sílvio Vasconcelos, perspicazmente, resume:

(...) exaurido o ouro, derramam-se os mineiros pelos matos, penetrando os vales, obrigados a um retorno às atividades agrárias para subsistir, vão aos poucos fugindo das montanhas, desligando-se dela para se integrarem às civilizações periféricas, praias e também agrárias. Centrifugam-se, amarrando-se a São Paulo, a Bahia, ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro. Com isto, parte-se a civilização mineira em duas: as das Minas propriamente ditas e a dos Campos Gerais (...) <sup>13</sup>.

De toda forma, não se pode negar que, enquanto fundamento da capitania, a mineração imprimiu traços específicos à formação social que aí se constituiu: vida urbana característica; diversificação das atividades econômicas; intensa mobilidade espacial da população; marcante presença do Estado; maior mobilidade social; economia mais fortemente integrada; estabelecimento de interdependência regional e conseqüente estruturação de significativo mercado interno<sup>14</sup>. Se há discordância entre estudiosos quanto a alguns desses traços, sobretudo àqueles alusivos à existência ou não do caráter mais igualitário e menos patriarcal dessa sociedade<sup>15</sup>, permanece, contudo, o consenso quanto à sua singularidade no que tange ao caráter urbano de sua formação e a um quadro mais diversificado de atividades.

Tanto os propósitos como a natureza da exploração mineratória, atividade cuja rotina diferia, substancialmente, da agrária e pastoril, constituem componentes significativos na configuração de um quadro diversificado das atividades econômicas. Uma diversificação que incluía o desenvolvimento de uma agricultura mercantil de subsistência, atividades artesanais e manufatureiras, prestação de serviços e um ativo comércio, pois, afinal, nas áreas voltadas exclusivamente para a mineração, tudo tinha de ser comprado. Um quadro diversificado, expresso em uma gama variada de oportunidades demandadas pela extração do ouro e do diamante, com amplitude tal que, segundo avaliação de Sérgio Buarque, apenas um terço da população mineira a ela encontrava-se diretamente vinculado<sup>16</sup>.

Em torno da variedade de funções e de serviços demandados pela mineração constituir-se-á uma camada social média, distribuída pelos núcleos urbanos, dedicada a profissões de ca-

ráter livre, autônomo e, quase sempre, assalariado, composta basicamente, reportando-me novamente ao autor,

(...)de mercadores de tendas abertas, oficiais dos mais variados ofícios, boticários, prestamistas, estalajadeiros, taberneiros, advogados, médicos, cirurgiões-barbeiros, burocratas, cléricos, mestres-escolas, tropeiros, soldados da milícia paga ou, desde 1776, do corpo auxiliar(...)<sup>17</sup>.

Uma camada social que, quanto à sua composição e inserção no mundo do trabalho – quadros do funcionalismo, profissionais liberais, artesãos, artífices, oficiais mecânicos, soldados e comerciantes – não desaparece com a crise de mineração, mantendo-se com esses traços gerais durante o século XIX<sup>18</sup>.

Além de uma minoria rica e de alguns remediados, a mineração respondeu ainda pelo surgimento de um expressivo contingente de “desclassificados sociais”<sup>19</sup>, uma vasta camada de homens e mulheres livres, pobres e expropriados, caracterizada pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico e aleatório, engastada no contexto de uma estrutura vincada pela preocupação em dar lucros à MetrÓpole e nela propulsionar a acumulação de capital mediante a exploração dos recursos da Colônia, baseada no trabalho escravo<sup>20</sup>. Uma “imensa população flutuante, sem posição social nítida”<sup>21</sup>, que passa a viver parasitariamente em decorrência da fragilidade e da precariedade de uma economia voltada para o mercado externo, sujeita, portanto, aos seus fluxos e refluxos, a uma “evolução por arrancos”<sup>22</sup>, que teria atingido indistintivamente todas as regiões da Colônia.

Nas Minas, segundo Laura de Mello e Souza, tais características teriam atingido sua dimensão mais catastrófica e profunda, o que as transformaram em “espaço privilegiado da desclassificação social nos tempos coloniais e isto se deve tanto ao rápido afluxo populacional que ali se verificou como ao caráter específico de exploração aurífera”<sup>23</sup>. Uma atividade de caráter eminentemente escravista, o que restringia, portanto, na prática, as possibilidades de um indivíduo livre, pobre, possuir sua lavra. Além disso, predatória, imprevidente, provisória, imediatista, caracterizando-se pelo baixo teor de capital fixo e

pela capacidade de deslocamento em tempo relativamente curto<sup>24</sup>.

A presença desses desclassificados – “pés-rapados, povilêu, preto, branco ou mulato, cujo pauperismo impedia o uso do calçado”<sup>25</sup> – no cenário mineiro setecentista revela a face desigual e hierarquizada dessa sociedade, que a tradição do êxito da empresa aurífera buscou, teimosamente, esconder<sup>26</sup>. Uma presença que se mantém ao longo do século XIX, testemunhada e registrada por quantos viajantes estrangeiros ali estiveram, para constrangimento de suas elites que temiam que as Minas, e mesmo o país, fossem identificados com as imagens de mestiçagem, pobreza, atraso, analfabetismo, justamente o avesso daquelas que presidiam as representações da ordem monárquica, construídas a partir de suas auto-referências.

Acrescente-se ainda que as Minas, como as demais regiões do país, foram também, parodiando a aludida autora, o “espaço privilegiado da desigualdade de gênero”; pois, como as pesquisas têm mostrado, as mineiras estiveram excluídas de qualquer exercício de funções políticas e cargos administrativos que lhes garantissem reconhecimento social<sup>27</sup>.

Com efeito, não apenas os reiterados critérios de classe e raça, mas também o de gênero, fundamentam a legislação que impedia o exercício de cargos e funções superiores da administração colonial tanto aos “homens” de “sangue impuro”<sup>28</sup> quanto às mulheres<sup>29</sup> – independente de sua linhagem – e discriminava-as com relação aos homens, assim como os peões diante dos nobres nas questões judiciais<sup>30</sup>.

Desigualdade difundida em toda a Colônia, não sendo Minas exceção, porquanto também ali a demarcação das esferas de atuação, assentada na diferenciação dos papéis sexuais, reproduziu o modelo de organização social transposto da Metrópole, vincado pelas hierarquizações de gênero, classe e raça. Era esse um modelo de dominação e exclusão cuja profunda misoginia prescrevia a reclusão das mulheres ao interior de seus lares e delimitava sua atuação aos estreitos limites destes: procriar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Atribuições que sobremodo servi-

am aos fundamentos da colonização portuguesa, porquanto, como ressalta Mary Del Priore:

(...) confinada à casa e aos afazeres domésticos, no papel de “santa mãezinha” poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação de bresileirinhos(...)<sup>31</sup>.

Uma prática de reclusão e exclusão que não apenas “atravesou o além-mar e as escarpas montanhosas do sertão”, nos dizeres de Luciano Figueiredo<sup>32</sup>, mas também mais de dois séculos de dominação masculina. Pois, se nas Minas setecentistas as meninas/mulheres deveriam ser resguardadas ao máximo da convivência heterossexual, no século posterior o quadro pouco se modificou, já que permaneceram sob a tutela do pai, marido ou irmão e “protegidas” do mundo profano no interior do espaço “sagrado” de seus lares. Reclusão essa que implicou, sobretudo, estarem excluídas das aulas régias coloniais e, mais tarde, receberem um ensino diferenciado nas escolas de primeiras letras da Província.

Se um número reduzidíssimo de meninas, cujas mães eram “capazes de lhes dar doutrina”<sup>33</sup>, ou cujas famílias podiam arcar com as despesas de um mestre particular<sup>34</sup>, aprendeu, precariamente, a ler, escrever e contar, a maioria permaneceu analfabeta, em consonância com os padrões culturais de uma construção misógina e excludente, expressa tanto na resistência e desinteresse das famílias pela escolarização de suas filhas, bem como na omissão das autoridades coloniais em relação à criação de aulas régias destinadas ao sexo feminino<sup>35</sup>. Os números são bastante significativos: somente entre 1815-1825 começam a aparecer as primeiras referências quanto à existência de escolas femininas, públicas, de primeiras letras: 03 (três), com 65 (sessenta e cinco) alunas para 27 (vinte e sete) com 753 (setecentos e cinqüenta e três) alunos; ou seja, o atendimento escolar feminino correspondia a 10% do total de escolas e a 8% do total do alunado<sup>36</sup>.

A própria intensa mistura racial que, segundo Ida Lewcowicz<sup>37</sup>, constitui elemento predominante dentre aqueles que fundamentam a construção intelectual do caráter igualitário da sociedade mineira, também constitui, a meu ver, contradi-

toriamente, sua negação. Isso porque, cessadas as necessidades e as contingências da fase inicial de ocupação e povoamento da região mineradora, buscou-se, em razão mesmo dessa intensa fusão racial que tornava imprecisas as fronteiras sociais, sublinhar as hierarquizações, vincar as distâncias, estabelecer as diferenças, de forma a assegurar a dominação dos proprietários de bens e de escravos.

Segundo Kenneth R. Maxwell, indefinições criadas pela intensa miscigenação aí ocorrida constituiriam fundamento e justificativa para assegurar o estabelecimento de uma estratificação baseada na diferenciação racial<sup>38</sup>. Se a diferenciação entre indivíduos livres e pobres e escravos definia-se com contornos mais nítidos pela própria condição de servidão destes últimos, a fluidez que atingia indivíduos livres entre si tendia a desaparecer com a progressiva constituição e hierarquização da sociedade; ou, pelo menos, continuou abarcando apenas as camadas inferiores da população já que, para aqueles cuja posição ante o processo produtivo em mais nítida e definida, as características estamentais apagavam as indefinições que eventualmente surgissem<sup>39</sup>.

Mesmo a partilha igualitária de bens, um dos critérios utilizados por Ida Lewkowicz<sup>40</sup> na defesa da interessante e instigante tese sobre a existência de um viés igualitário perpassando a vida em família nas Minas dos séculos XVIII e XIX, trata-se de prática que, paradoxalmente, coexistia com seu oposto. Pois, “a existência de momentos e situações em que o igualitarismo convive com a hierarquização”<sup>41</sup>, percebida pela autora em suas pesquisas, expressa justamente o caráter ambíguo dessa formação social. Ambigüidade que confunde e, ao mesmo tempo, também esclarece porquanto sugere um certo igualitarismo – traço distintivo – coexistindo “com o pano de fundo verticalizado das desigualdades”<sup>42</sup> – traço homogeneizador – no contexto de uma ordem social asentada no trabalho escravo e cujo sentido essencial fundava-se na naturalização e reprodução de relações sociais desiguais.

Parece-me – e aqui compartilho da idéia defendida por Villalta<sup>43</sup> – que esse igualitarismo sempre se apresentou como princípio constitutivo da “moralidade coletiva”, que se conjugava aos preconceitos raciais, ao patriarcalismo e à misoginia<sup>44</sup>.

Não há como se furtar de reconhecer ainda que esse igualitarismo, mesmo enquanto princípio, era uma construção restrita aos indivíduos de igual condição social, étnica e moral e do sexo masculino. Porque essa moral dos textos e da vida cotidiana, de que fala Villalta<sup>45</sup>, encontrava-se perpassada pelas concepções misóginas que afirmavam/reafirmavam a posição de inferioridade da mulher, legitimando e sedimentando a desigualdade nas relações de gênero na sociedade mineira. Apesar de contempladas igualmente na partilha patrimonial, as mineiras, solteiras ou casadas, sempre estiveram, pelo menos do ponto de vista formal, subordinadas ao “pátrio poder”, submetidas ao poder de decisão formal do pai/marido/irmão/tutor, responsável pela proteção e sustento da família por costumes e tradições apoiadas nas leis<sup>46</sup>.

Se, nas Minas, situações da vida familiar sugerem relações menos vincadas pelo patriarcalismo e pela hierarquização<sup>47</sup>, principalmente tendo como referência algumas das abalizadas revisões feitas quanto à estrutura familiar<sup>48</sup>, às estratégias de casamento e heranças<sup>49</sup>, há que se atentar para o fato de que o princípio da igualdade, “presente na moral urdida na vida cotidiana”<sup>50</sup>, coexistiu com o hierarquização nas relações entre homens e mulheres; livres e escravos; negros, mulatos e brancos; proprietários e não-proprietários; letrados e analfabetos. No interior da família, fundamentalmente, com a desigualdade do gênero e, no conjunto da sociedade, além desta, também com a de classe, raça, condição civil, idade, escolaridade e mesmo crença religiosa.

Um outro traço distintivo da formação das Minas foi, sem dúvida, sua organização tipicamente urbana. O surgimento de aglomerados urbanos, mais ou menos populosos e frequentemente muito separados uns dos outros, processou-se com notável rapidez, erradicando-se do centro para a periferia, crescendo por “compactação”, sem se esgarçarem periféricamente<sup>51</sup>, acompanhando, portanto, o mesmo movimento centrífugo da atividade mineratória e o mesmo ritmo desenfreado e insano da “corrida do ouro”.

Como se tratava de espaços sociais onde grande parte da população se instalava apenas por ocasião das festividades ou dos

negócios, continuando a manter sua habitação nas lavras, acabaram eles por adquirir uma fisionomia própria, marcada pelo amálgama das características do campo e da cidade. Segundo LATIF,

(...) por pequenos que sejam os lugarejos, as construções mesmo quando muito modestas, mantêm-se sempre rigorosamente citadinas, sem um jardim, sem uma árvore, sem um alpendre. Sente-se que ao mestre-de-obra foi expressamente encomendada uma verdadeira casa de cidade, para um gênero de existência que ainda tem muito de campo. Enquanto que, em todas as regiões do Brasil, a vida se apresenta mais nitidamente citadina ou bem rural, nos arraiais mineiros fusionam-se estes dois aspectos (...) <sup>52</sup>.

Eram, excetuando-se Vila Rica, algumas sedes de comarcas e vilas mais prósperas, aglomerados urbanos precariamente instalados e onde se apresentavam “mesquinhas as condições de vida de seus habitantes”, já que desprovidos da mínima infraestrutura básica, com uma “população paupérrima”, constituída de 200 a 500 habitantes, distribuídos entre 20 e 100 casas, construídas sobre ruas nem sempre retas e nem sempre calçadas, traçadas em direção a uma praça e, nesta, a presença infalível de uma pequena capela ou igreja <sup>53</sup>.

No conjunto, uma organização espacial cujo perfil acanhado de seus núcleos urbanos não se modifica substancialmente, nem mesmo quando, superada a letargia dos mineiros ante o esgotamento das minas, a vida econômica readquire maior dinamicidade. Com efeito, se a esta deve-se o aparecimento de uma certa pomposidade, particularmente nas cidades do sul, com seus “sobradões onde saraus requintados se verificam” <sup>54</sup>, o traço predominante foi o da simplicidade, estreiteza e precariedade. Como o povoado São Gonçalo da Ponte, que mereceu do viajante Wells, em 1875, a seguinte descrição:

(...) Chegamos a São Gonçalo da Ponte. Passamos primeiro por umas poucas choupanas de teto de palha, com paredes de pau-a-pique, rodeadas de árvores e arbustos; vemos os habituais porcos macilentos de pernas compridas, e os vira-latas da vila latem e rosnam furiosamente; criancinhas nuas, de pele cobreada e barriga inchada nos espiam e estendem as mãos pedindo a benção e um tostão, saudando-nos timidamente com um S’Cris (...) <sup>55</sup>.

Imprecisão e precariedade como gênero de existência que perpassa os séculos XVII e XVIII – e em muitas cidades mineiras até o século atual – conforme se pode depreender dos relatos dos viajantes e memorialistas e, sobretudo, das proibições veiculadas nas Posturas Municipais<sup>56</sup>. Pois, em que pesem as iniciativas do governo com vistas ao ordenamento espacial, como a de dividi-lo em quarteirões policiais e eleitorais, buscando “vencer a organização “espontânea” do espaço, instituindo sobre ele uma nova ordem soberana – pública – e delimitando a esfera particular”<sup>57</sup>, a “desordem” e a imprecisão ainda preponderavam entre essas duas esferas.

Com efeito, prescrições contidas nas referidas posturas sinalizam para os transgressões mais costumeiras nesse espaço que teimava em não se enquadrar: ruas, becos e praças das provincianas cidades, vilas e povoados mineiros foram palco de cenas cotidianas de bêbados caídos, homens correndo a cavalo, gritando e dando tiros no meio da noite; de batuques, lundus e bebedeiras; de brigas e discussões às portas das vendas, junto aos chafarizes e às fontes, pontos de abastecimento de água e de lavagem de roupas; da presença constrangedora de loucos(as), mendigos(as) e marginais exibindo as “partes pudendas”, fazendo gestos obscenos e desfilando um rosário de impropérios e blasfêmias<sup>58</sup>.

Palco mambembe, com ruas lamacentas ou empoeiradas, sem calçamento, sem água canalizada, com lixo amontoado rente aos muros de casas construídas sem alinhamento, muitas vezes construções inacabadas, com precária ou nenhuma iluminação pública, onde animais domésticos – como porcos, cavalos, vacas e aves – e nem tão domésticos assim, como cachorros bravos – dividiam o espaço com crianças e adultos<sup>59</sup>.

Palco violento onde continuavam os mesmos desmandos herdados do século XVIII, como assassinatos por motivos políticos ou rixas familiares, espancamentos e castigos corporais, “roubos, opressão de viúvas, violação e rapto de donzelas”<sup>60</sup>, sendo o mais famoso, talvez porque posteriormente romanceado, o de Ana Jacinta de São José, a Dona Beija, pelo ouvidor da Vila do Príncipe, bacharel Antonio Seabra da Motta e Silva, no início do século passado<sup>61</sup>.

Palco que revela não apenas a permanência de alguns costumes do meio rural, considerados incompatíveis com a vida das cidades mas, principalmente, as resistências e escolhas operadas pela população frente à política de ordenamento e disciplinarização do espaço urbano empreendida pelos seus dirigentes. Escolhas que expressam as formas peculiares com que cada indivíduo, na sua dimensão individual e social, constrói suas relações com o espaço e que respondem pelo temido e combatido traço de “desordem” com que as autoridades caracterizaram a organização social do espaço mineiro, particularmente entre seus estratos sociais mais desfavorecidos.

“Desordem”, essa, identificada com a presença ostensiva de escravos e escravas, bem como de homens, mulheres e crianças livres e pobres circulando pelas ruas em função do trabalho, da mendicância, da prostituição, do lazer ou mesmo da vadiagem, práticas exercidas à margem dos valores e padrões sociais e morais impostos e, por isso mesmo, reprimidas, coibidas e controladas porque consideradas agentes dessa desordem<sup>62</sup>. Como atividades marginais que eram, representavam uma ameaça à propriedade e proprietários, à sexualidade sancionada pela Igreja, à união legítima dos casais, aos papéis sociais prescritos, aos padrões de sociabilidade legitimados.

Eram, enfim, um risco permanente à ordem instituída e instituidora principalmente porque se tratavam de práticas que permeavam, como lazer e como estratégia de sobrevivência, o cotidiano de um expressivo contingente de indivíduos socialmente desclassificados imprimindo-lhe um desenho cuja textura apresentava-se plena de matizes. Um cotidiano cuja configuração expressava os traços “peculiares de uma sociedade marcada longamente pela distância entre a vontade de seus dirigentes e a realidade de seus integrantes<sup>63</sup>. É isto porque, em que pesem aos esforços dos poderes civil e eclesiástico em fazer cumprir seus códigos de sociabilidade, centrados na disciplinarização da conduta pública, no espaço da rua, estes não se restringem a essa esfera, eles perpassam também a do privado, do íntimo e do individual, já que, conforme atenta M. Perrot, são dimensões da vida social que não estão compartimentalizadas, que se entrecruzam<sup>64</sup>.

## NOTAS

<sup>1</sup>HOLANDA, Sergio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *HGCB*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, Tomo I, vol. 02, 1977, p. 282.

<sup>2</sup>Autores como Sílvio de Vasconcelos, Daniel de Carvalho, João Camilo de Oliveira Torres, Augusto de Lima e, mais recentemente, Ida Lewkowicz e Kenneth R. Maxwell defendem o traço de certo igualitarismo perpassando as relações na sociedade formada na região mineradora.

<sup>3</sup>ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). "Carta de D. Pedro de Almeida a D. João V". In *Cadernos de Pesquisa 1. A escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte, APM/COPASA, p. 12, 1985.

<sup>4</sup>SOUSA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 216.

<sup>5</sup>MARTINS, Roberto B. "A economia escravista de Minas Gerais no século XIX". In *Textos para discussão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1982, passim; LIBBY, D.C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1988, passim.

<sup>6</sup>IGLESIAS, Francisco. "Minas Gerais". In HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *HGCB*. 4ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, Tomo II, vol. 02, 1979, p. 369.

<sup>7</sup>SOUSA, Laura de Mello e. *op. cit.*, p. 216.

<sup>8</sup>NOVAIS, Fernando. "As dimensões da independência". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). In *Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 70.

<sup>9</sup>IGLESIAS, Francisco. *op. cit.*, p. 365.

<sup>10</sup>IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do Governo Provincial* Rio de Janeiro, MEC/INL, 1985, pp. 61-78.

<sup>11</sup>MARTINS, Roberto B. *op. cit.*, passim.

<sup>12</sup>SLENES, Robert W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX". In *Cadernos IFCH/UNICAMP*. Campinas, UNICAMP, nº 17, jun. de 1985, passim.

<sup>13</sup>VASCONCELOS, Sílvio. "Civilização das Minas Gerais. Ensaio de caracterização". In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, nº 25, jul. 1965, p. 81.

<sup>14</sup>COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras*. São Paulo, IPE/USP, 1987, pp.32.

<sup>15</sup>LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família. Caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1992, p. 09 e 320, mimeo.

<sup>16</sup>HOLANDA, Sergio Buarque de. *op. cit.*, p. 289.

<sup>17</sup>*Idem*, p. 289.

<sup>18</sup>IGLESIAS, Francisco. *op. cit.*, 1979, p. 371.

<sup>19</sup>SOUSA, Laura de Mello e. *op. cit.*, p. 14.

<sup>20</sup>*Idem*, pp. 14-16.

<sup>21</sup>HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1976, p. 71.

<sup>22</sup>PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 286.

<sup>23</sup>SOUSA, Laura de Mello e. *op. cit.*, p. 216.

<sup>24</sup>*Idem*, p. 69.

<sup>25</sup>LIMA Jr., Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. Instituto de História, Letras e Artes, 1965, pp. 134-135.

<sup>26</sup>SOUSA, Laura de Mello e. *op. cit.*, p. 216.

<sup>27</sup>FIGUEIREDO, Luciano R. de. "Mulheres em Minas Gerais". In DEL PRIORE; Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, Unesp, 1997, p. 142.

<sup>28</sup>MESGRAVIS, Laima. "Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia". In *Estudos Econômicos*. São Paulo, nº 13, vol. 01, 1983, p. 801.

<sup>29</sup>FIGUEIREDO, Luciano R. de. *op. cit.*, p. 142.

<sup>30</sup>MESGRAVIS, Laima. *op. cit.*, p. 801.

<sup>31</sup>DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993, p. 44.

<sup>32</sup>FIGUEIREDO, Luciano R. de. *op. cit.*, pp. 143-144.

<sup>33</sup>CARRATO, José Ferreira. *Igrejas, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Nacional, 1968, p. 12.

<sup>34</sup>*Idem*, p. 102.

<sup>35</sup>CARVALHO, Feu de. "Estudo histórico-estatístico, resumido, das primeiras aulas e escolas instituídas em Minas Geraes. (1721-1860)". In *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, vol. XXIV, 1919, pp. 347-391.

<sup>36</sup>APM. "Dados sobre instrução pública. 1805-1814". In *RAPM*, vol. VII, 1902, pp. 989-1017; A instrução pública e particular em Minas Gerais, nos annos de 1824 e 1823. In *RAPM*, vol. III, 1898, pp. 639-675; CARVALHO, Feu de. *op. cit.*, pp. 347-391.

<sup>37</sup>LEWKOWICZ, Ida. *op. cit.*, p. 19.

<sup>38</sup>MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil Portugal - 1750-1808*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 115.

<sup>39</sup>SOUSA, Laura de Mello e. *op. cit.*, p. 219 e MESGRAVIS, Laima. *op. cit.*, pp. 799-811.

<sup>40</sup>LEWCOWICZ, Ida. *op. cit.*, *passim*.

<sup>41</sup>*Idem*, p. 323.

<sup>42</sup>*Idem*, p. 322.

<sup>43</sup>VILLALTA, Luiz Carlos. *A "torpeza diversificada dos vícios". Celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1993, mimeo.

<sup>44</sup>*Idem*, p. 42.

<sup>45</sup>*Idem*, p.41.

<sup>46</sup>SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo; século XIX*. São Paulo, Ed. Marco Zero/S.E.C./S.P, 1989, pp. 106-108.

<sup>47</sup>LEWKOWICZ, Ida. *op. cit.*, pp. 30-32 e 322.

<sup>48</sup>Dentre os estudos mais recentes que revisaram o mito dos domicílios extensos e da família patriarcal em Minas destacam-se os trabalhos de Francisco Vidal Luna (1982), Iraci del Nero da Costa (1981), Clotilde Paiva (1990e 1986), Donald Ramos (1990).

<sup>49</sup>Especialmente os já referidos estudos de Ida Lewkowicz, especialmente pp. 143-201 e 223-293 e Luiz Carlos Villalta, pp. 27-68.

<sup>50</sup>VILLALTA, Luiz Carlos. *op. cit.*, p. 41.

<sup>51</sup>PAIVA, Clotilde A. "Minas Gerais no século XIX; aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais". In COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo, IPE, 1986, p. 37.

<sup>52</sup>LATIF, M. de Barros. *As Minas Gerais*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Agir, 1960, p. 116.

<sup>53</sup>APM. *Chorographia Mineira*". In *RAPM*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. Anno IV, 1899, pp. 626-725.

<sup>54</sup>VASCONCELOS, Sílvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968, p. 91.

<sup>55</sup>WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil - do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte, Fund. João Pinheiro, C.E.H.C. , vol. 01, 1995, p.103.

<sup>56</sup>APM. *Collecção de Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Gerais. Livro da Lei Mineira*. Diversos editores, de 1835 a 1889. Especialmente os volumes referentes às posturas das cidades de Formiga (1885), Pitangui (1865), Bonfim (1885), Itajubá (1854), Paracatu (1863), Leopoldina ( 1887), Januária (1875), Lavras (1885), Grão-Mogol (1883).

<sup>57</sup>SILVA, José Moreira da. *Cidade: momentos e processos. Serra e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1991, p. 23, mimeo.

<sup>58</sup>APM. *Collecção de Leis. Resoluções... op. cit.*, passim.

<sup>59</sup>WELLS, James W. *op. cit.*, pp. 71; 73; 77; 92; 98; 103; 104; 105 e 106; SAINT-HILIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, pp. 170 e 251; MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, pp. 145-146.

<sup>60</sup>BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte, Ed. Comunicações, 1979, vol. 02, p. 389.

<sup>61</sup>*Idem*, vol. 01, p. 217.

<sup>62</sup>FIGUEIREDO, Luciano R. de. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/José Olympio, 1993, passim.

<sup>63</sup>*Idem*, pp. 124-125.

<sup>64</sup>PERRO T, Michele. "Introdução". In ARIÈS, Philippe e DUBY, G. *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. 04, 1991, p. 10.